

A composição social da CNBB e da CEA

Origens, formação e trajetórias

Juan Cruz Esquivel

Universidade de Buenos Aires (UBA)

Pesquisador do CONICET

patacon@fibertel.com.ar

A comparação dos dados referentes às origens sociais, formações educativa e religiosa e trajetórias eclesiais dos integrantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – e da Conferência Episcopal Argentina – CEA –, vai além da mera descrição quantitativa do objeto de estudo. Torna-se infrutífera a compreensão das idiosincrasias e cosmovisões de qualquer sujeito social sem levar em conta sua biografia e história. Baseados nessa premissa teórico-metodológica, resulta imprescindível desenvolver uma análise que desvende ao interior de cada estrutura episcopal, a pluralidade de itinerários percorridos pelos atuais bispos brasileiros e argentinos.

Sem desconsiderar a efetiva socialização dos quadros religiosos nos seminários de formação, os quais proporcionam uma identidade em comum e geram um forte espírito de corpo, a construção de dados estatísticos comparativos sobre o lugar de nascimento, o nível sócio-econômico familiar, o tipo de educação recebida e as experiências de gestão sacerdotal, nos subministrarão um leque de informação qualificada, imperceptível desde outra abordagem metodológica, que contribuirá no traçado dos perfis predominantes da hierarquia eclesial de ambos os países.

É por isso que, neste trabalho, realizaremos uma pormenorizada resenha de uma multiplicidade de aspectos que remetem à procedência social e às trajetórias das autoridades católicas. O fato de explorar comparativamente sobre esses tópicos remete, sem dúvida, às transformações que se sucedem na instituição religiosa, revela os setores sociais que se vêm atraídos a ingressar na carreira eclesial e em conseqüência, as razões que os impulsionam a tomar essa decisão.

Para coletar a informação requerida, utilizamos dois instrumentos:

- Um questionário auto-administrado enviado aos 304 bispos brasileiros e aos 77 prelados argentinos¹, respondido por 40% dos dignitários;

- Para completar a informação, realizou-se uma consulta a outras fontes de dados:

- Guia Eclesiástica da Agência Informativa Católica Argentina ‘AICA’ – 2000 – , suas atualizações e os boletins da mesma agência correspondentes à data de ordenação episcopal de cada bispo, onde se expõe uma breve síntese biográfica.
- Anuário Católico do Brasil – 2003 –, produzido e publicado pelo Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais ‘CERIS’, o qual apresenta um resumo da biografia de cada bispo, e os Comunicados Mensais da CNBB.

1. A escolha dos bispos

Antes de entrarmos nos dados estatísticos sobre os bispos brasileiros e argentinos, é pertinente empreender um sintético relato de como é o processo de designação dos prelados.

O processo de nomeação dos bispos, hoje conduzido pelo poder vaticano, esteve sujeito ao poder colonial e imperial durante vários séculos da história regional. Sob o regime do padroado, as Coroas portuguesa e espanhola detinham o controle das autoridades eclesiais, outrora virtuais funcionários do poder civil. A intromissão dos monarcas nos assuntos religiosos foi o preço que o catolicismo pagou por fazer parte do programa de ‘civilização’.

Os ares da independência não trouxeram modificações o que tange às atribuições políticas no campo religioso. Os imperadores brasileiros e os primeiros presidentes argentinos continuaram a gozar de amplas margens para a designação dos líderes eclesiais. Só a partir da instauração da Primeira República em 1889, com a conseqüente separação entre a Igreja e o Estado, os bispos brasileiros passaram a depender com exclusividade de Roma.

No caso argentino, recém no ano de 1966, a nomeação dos bispos tornou-se uma decisão completamente circunscrita à órbita eclesial. Em 10 de outubro desse ano, o

¹ É importante deixar assentado que foram excluídos da análise os dignitários eméritos, ou seja, aqueles prelados que completaram 75 anos de idade e que, conforme o cânone 401.1 do Código de Direito Canônico, apresentaram a demissão ao cargo, sendo aceita pelo Sumo Pontífice.

Estado argentino e a Santa Sé assinaram um acordo – concordata –, pondo fim ao sistema de padroado. Até essa data, segundo o artigo 86, inciso 8º da Constituição Nacional, o presidente da nação, a partir de um trio proposto pelo Senado, tinha a atribuição de nomear os mais altos líderes católicos. Não obstante, nos fatos, as consultas e negociações envolviam aqueles procedimentos formais. O governo não nomeava um bispo sem o consentimento das máximas autoridades da Igreja. A concordata possibilitou assimilar a situação jurídica à real. Com a consubstanciação do acordo, os mecanismos de eleição dos prelados não guardam nenhuma relação com as autoridades políticas.

Ora bem, não se vislumbra como simples a tarefa de desvendar o processo através do qual um sacerdote é nomeado bispo, ou um prelado ascende à categoria de arcebispo.

Em termos formais, o núncio apostólico, representante do Papa no país, detém um papel preponderante no processo de seleção. A partir do momento em que uma diocese está vacante, faz uma rodada de consultas aos atores religiosos mais relevantes da região eclesiástica na qual se encontra a jurisdição acéfala. Arcebispos, bispos, religiosos, sacerdotes e laicos influentes definem primeiro o perfil que deveria ter o novo pastor e posteriormente, de modo secreto e individual, sugerem nomes com a devida justificativa. Assim que núncio recolheu a informação suficiente – com a possibilidade de acudir a outros assessoramentos –, envia um relatório à Pontifícia Congregação para os Bispos que se reúne em Roma, apresentando as características da diocese e as de cada candidato. Esse corpo pontifício realiza sua própria avaliação e, por sua vez, eleva um trio por ordem de méritos ao Papa, que em última instância toma a decisão. Paralelamente, os bispos de cada região eclesiástica propõem nomes a considerar em novas designações, independente de que haja ou não sedes vacantes.

Esta seqüência formal de procedimentos não está isenta de influências e gestões de figuras ‘fortes’ dentro dos episcopados, na tentativa de apoiar aqueles candidatos que formaram ou que os acompanham na função diocesana. A palavra dos arcebispos e ainda mais a dos cardeais são decisivas na escolha de seus auxiliares, que com toda certeza se converterão em bispos diocesanos com a passagem do tempo.

Sem dúvidas, uma trama complexa assinala o processo de seleção dos prelados. É que o caráter reservado de cada uma de suas instâncias, se presta á emergência de gestões paralelas. Como se pode observar, a ingerência dos consagrados no sistema de escolha é um elemento retardatário de qualquer processo radical de mudanças. É razoável que os máximos dirigentes promovam aquelas personalidades que mais se assemelham a eles mesmos.

Justamente por este motivo, os ritmos das transformações na Igreja não são comparáveis aos de outras instituições.

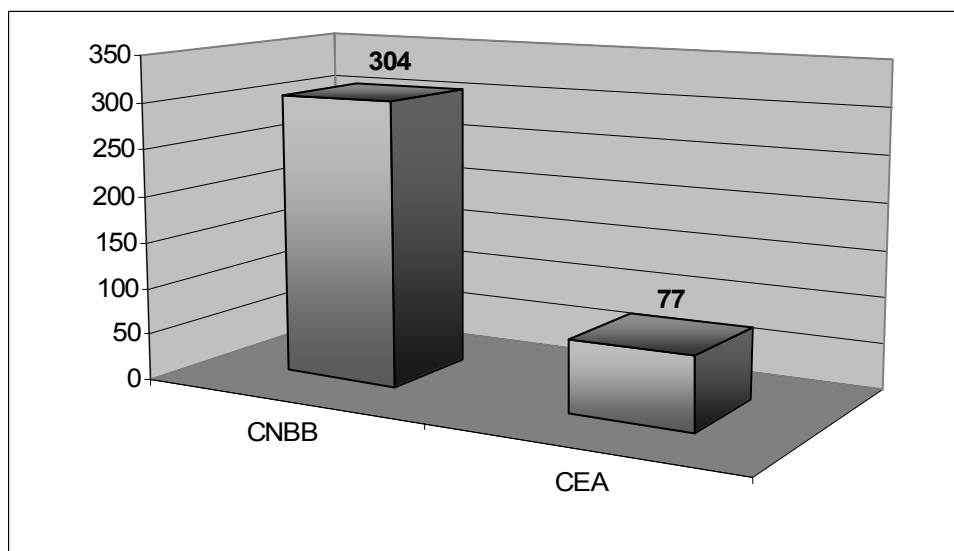
Historicamente, as substituições no alto clero transcorrem com o estilo sigiloso e prudente que caracteriza a instituição católica. Sem produzir mudanças altissonantes, conservando uma continuidade com a linha pastoral precedente, garantindo a coesão do clero da jurisdição. Mas como um movimento de fluxos e refluxos, convertendo as relações intra-eclesiásticas em um labirinto quase indecifrável, alguns casos apresentam-se como emblemáticos. A nomeação de José Cardoso Sobrinho no lugar de Helder Câmara, na arquidiocese de Olinda-Recife, no Brasil; assim como a mais recente designação de Agustín Radrizzani substituindo Desiderio Collino em Lomas de Zamora, na Argentina, refletiram uma forte mudança da linha pastoral. No primeiro caso, encaminhou-se a uma maior ortodoxia doutrinária. Com a segunda alteração, procurou-se promover um especialista religioso com maior capacidade de diálogo com os regimes democráticos. No entanto, as duas experiências se igualam pelo contundente contraste entre o perfil do bispo que sai e do bispo que ingressa. Talvez as agudas desavenças, quer entre a Igreja local e o Vaticano, que ao interior do próprio episcopado, expliquem uma virada de rumo tão incisiva.

Por último, é mister esclarecer que para uma análise exaustiva das nomeações no seio do episcopado, não é suficiente observar as políticas de promoção definidas pelo Vaticano e operacionalizadas pelo núncio. Além dos intangíveis movimentos dos expoentes locais recomendando a designação de um ou outro candidato, há determinadas formalidades que por táticas não perdem vigência nem regularidade. Geralmente, quando um bispo está perto da demissão por limite de idade, pede à Santa Sé que nomeie um coadjuvante ‘feito sob sua medida’, para que o substitua uma vez apresentada sua renúncia. Igualmente, quando um prelado é nomeado titular de um arcebispado, habitualmente se transferem os bispos auxiliares da jurisdição, para que a nova autoridade selecione com liberdade seus colaboradores. Como poderá se notar, tampouco neste setor a concatenação de resoluções implantadas prossegue em linearidade manifesta.

2. Dados gerais

304 prelados integravam a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil no início de 2003, data definida para a análise da pesquisa. Por sua parte, 77 bispos conformavam a Conferência Episcopal Argentina².

Quantidade de Bispos – 2003



O Quadro 1 nos permite constatar o lógico predomínio de bispos residenciais em ambos os episcopados – mais ainda no caso brasileiro –, uma maior proporção de arcebispos na Argentina – 19.5% contra 14.1% no Brasil – e algumas particularidade como a inexistência de prelados coadjutores na CEA.

Quadro 1: Distribuição da CNBB e da CEA segundo cargo episcopal

2003 (em %)

Cargo Episcopal	CNBB	CEA	Dif %
Arcebispo residencial	14.1	19.5	- 5.4
Bispo residencial	71.2	66.2	+ 5.0
Bispo auxiliar	12.7	14.3	- 1.6
Bispo coadjutor	2.0	0	+ 2.0

² Mais uma vez, lembramos que os eméritos não foram contabilizados.

<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>0</i>
--------------	------------	------------	----------

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CERIS e AICA, 2003.

Se nos guiarmos pelo local de nascimento dos dignitários, o Brasil expõe uma distribuição mais federal do que a Argentina. Minas Gerais e São Paulo são os estados de origem da maior quantidade de preladados. A presença do catolicismo desde há séculos nessa região, assim como a consolidação de centros de formação e seminários de estudo, parecem gerar um clima religioso estimulador das vocações sacerdotais. Vale salientar que Rio Grande do Sul também apresenta cifras importantes nesta variável e, especialmente, que 22.9% dos preladados são europeus. Se analisados por regiões de nascimento, uma ampla maioria de especialistas nasceu no sudeste, enquanto que praticamente não se registram bispos oriundos das regiões Centro-Oeste e Norte.

Quadro 2: Distribuição da CNBB segundo lugar de nascimento -2003

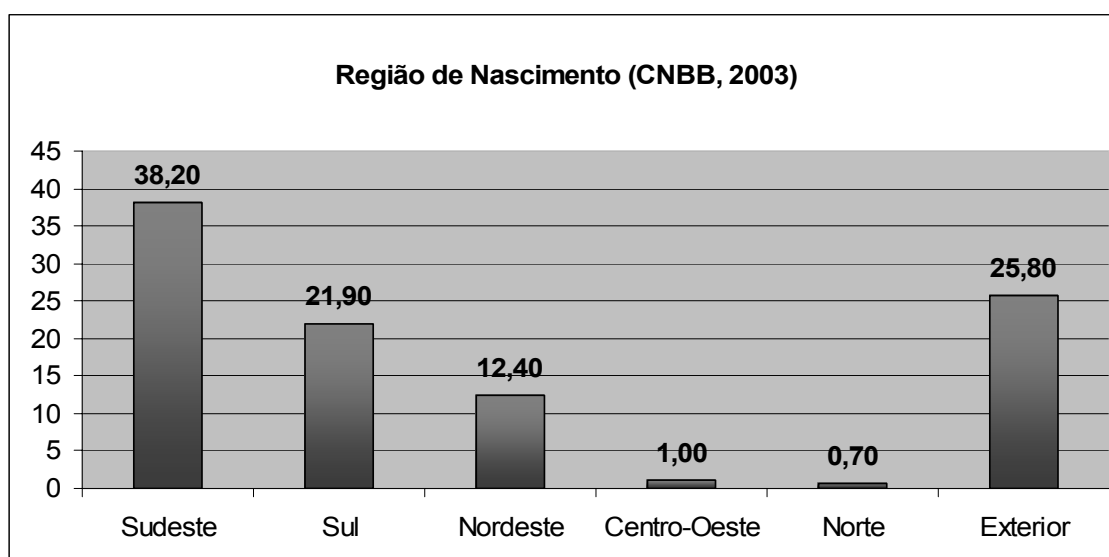
Lugar de Nascimento	%
Minas Gerais	16.7
São Paulo	16.7
Rio Grande do Sul	13.1
Santa Catarina	6.5
Rio de Janeiro	3.3
Bahia	2.5
Pernambuco	2.5
Paraná	2.3
Resto do interior do país	10.5
Europa	22.9
América	2.0
Ásia	1.0
<i>Total</i>	<i>100</i>

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CERIS, 2003.

Quadro 3: Distribuição da CNBB segundo região de nascimento -2003

Região de Nascimento	%
Sudeste	38.2
Sul	21.9
Nordeste	12.4
Centro-Oeste	1.0
Norte	0.7
Exterior	25.8
<i>Total</i>	<i>100</i>

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CERIS, 2003.



Ora bem, se comparada com a proporção populacional de cada região, podem se encontrar interessantes contrastes. Na coluna das diferenças percentuais do Quadro 4, os dígitos positivos indicam uma sobre-representação dessas regiões no universo da CNBB – no caso, o Sudeste e o Sul. Por sua parte, fundamentalmente o Nordeste, mas também o Norte e o Centro-Oeste estão sub-representados no contingente episcopal, quanto ao local de nascimento dos prelados se refere. São emblemáticas as situações do Sul e do Nordeste.

Enquanto a proporção de prelados nascidos na primeira região representa o dobro da porcentagem de gaúchos, catarinenses e paranaenses no total da população brasileira; no Nordeste, as distribuições refletem um esquema oposto: se a região representa cerca de 30% do Brasil em termos populacionais, apenas 16.7% dos mandatários católicos são oriundos de ali³.

Quadro 4: Distribuição da CNBB segundo região de nascimento⁴ comparada com a população por região –2003 (em %)

Região de Nascimento	CNBB	População	Dif %
Sudeste	51.6	42.6	+ 9.0
Sul	29.5	14.8	+ 14.7
Nordeste	16.7	28.1	- 11.4
Centro-Oeste	1.3	6.9	- 5.6
Norte	0.9	7.6	- 6.7
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>0</i>

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CERIS, 2003 e do IBGE, 2000.

Já no caso argentino, sobressai o peso relativo dos especialistas religiosos nascidos na área metropolitana – Capital Federal e Grande Buenos Aires. A socialização em uma cidade

³ Se nos considerarmos que nas regiões mais desenvolvidas do país, reside uma quantidade importante de nordestinos, resulta evidente que um quadro comparativo, já não com os habitantes de cada região mas com o lugar de nascimento da população geral, mostrará contrastes ainda maiores.

⁴ Foram excluídos do cálculo, os bispos nascidos no exterior. Por isso, as porcentagens registradas em cada região são diferentes das do Quadro 3.

cosmopolita, na qual as transformações culturais se evidenciam com anterioridade em relação a outros espaços territoriais e a formação em um ambiente mais receptivo a essas mesmas mudanças, pode ser um sinal de maior propensão ao diálogo e à abertura. Se a isso acrescentamos que 22% são oriundos das principais cidades do interior – Rosario, Córdoba, Santa Fé, Salta –, se conclui que é pequeno o segmento de bispos nascidos em zonas rurais ou povoados pequenos.

**Quadro 5: Distribuição do episcopado argentino
segundo lugar do nascimento – 2003**

Região	%
Capital e Grande Buenos Aires	40.3
Prov. Bs.As. (menos GBA)	9.1
Santa Fé	9.1
Córdoba	10.4
Resto do interior do país	11.7
Resto da América	1.3
Europa	14.2
Ásia	3.9
<i>Total</i>	<i>100</i>

Fonte: Elaboração própria

Historicamente, o clero brasileiro teve uma alta composição estrangeira. A contribuição das ordens religiosas, enviando padres regulares de outras latitudes, tinha estreita relação com a carência de agentes especializados para cobrir o amplo território nacional. Embora nos últimos tempos a tendência começasse a ser revertida no caso dos presbíteros, o caminho não parece ser ainda o mesmo no alto clero, pois a presença de prelados não nativos é considerável (Ruiz Alves Costa, 2002). Enquanto um de cada quatro integrantes da CNBB não é brasileiro; no caso argentino, a cifra de estrangeiros cai para 19.5%.

Quadro 6: Distribuição da CNBB e da CEA segundo origem de nascimento

2003 (em %)

Nacionalidade	CNBB	CEA	Dif %
Nativos	74.2	80.5	- 6.3
Estrangeiros	25.8	19.5	+ 6.3
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>0</i>

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CERIS e AICA, 2003.

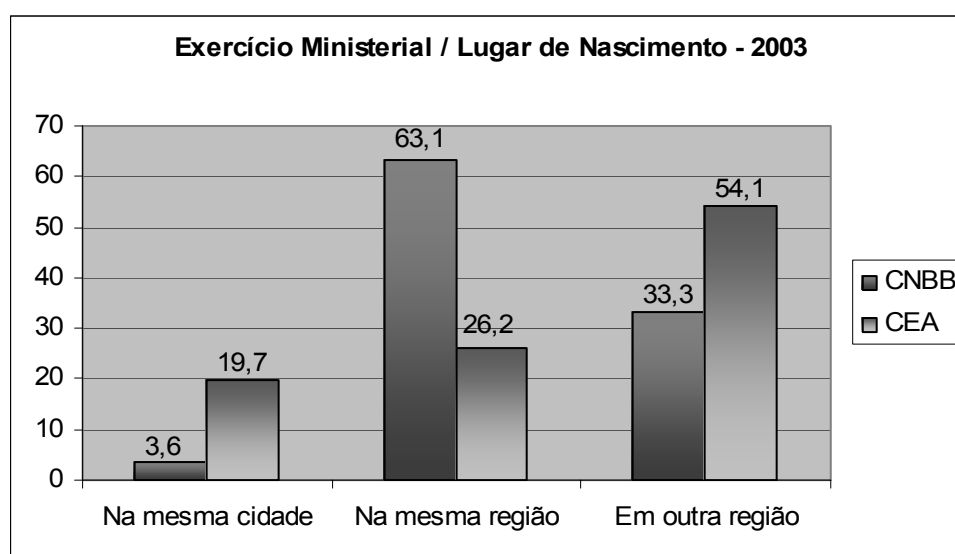
Na Igreja Católica, ao contrário do que em outros cultos, prevalece o carisma da função dos líderes religiosos. Sua liderança é dotada fundamentalmente de uma legitimidade institucional (Weber, 1944). As sucessivas transferências dos bispos em seu desempenho ministerial mostram isso. Igualmente o contraste entre o espaço territorial onde se concentra sua gestão diocesana e o lugar de nascimento. Considere-se que “*a redistribuição espacial sistemática da elite eclesiástica (...) contribui decisivamente para constituir uma instância de representação do poder unificado da Igreja, indiferente à pessoa do representante*” (Pierucci, 1990: 216). Em outras palavras, a rotação e os deslocamentos geográficos dos prelados têm a ver com a reprodução do poder da Igreja, baseada menos em seus quadros religiosos e mais em sua estrutura institucional.

O Quadro 7 mostra a preponderância de prelados exercendo a gestão episcopal fora da cidade que os viu nascer. Na maioria dos poucos casos em que há uma concordância entre o local de nascimento e o de exercício ministerial, trata-se de bispos auxiliares, recentemente designados, os quais seguramente serão transferidos no momento de assumirem a titularidade de alguma sede diocesana. Cabe destacar que no caso brasileiro, embora a porcentagem de bispos residentes em suas cidades de origem é bem menor do que na Argentina; como contrapartida, 63.1% deles exercem funções na mesma região de nascimento, enquanto registra-se 26.2% dos argentinos na mesma situação. No episcopado do país austral, prevalecem os prelados radicados em territórios alheios à região de procedência.

**Quadro 7: Distribuição da CNBB e da CEA segundo a relação entre
o exercício ministerial e o lugar de nascimento – 2003 (em %)**

Exercício Ministerial	CNBB	CEA	Dif %
Na mesma cidade	3.6	19.7	- 16.1
Na mesma região	63.1	26.2	+ 36.9
Em outra região	33.3	54.1	- 20.8
<i>Total</i> ⁵	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>0</i>

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CERIS e AICA, 2003.



O Quadro 8 reflete a composição por idade de ambos os episcopados. De um modo geral, ressalta a alta porcentagem de bispos maiores de 64 anos. Cerca da metade dos integrantes da CNBB e da CEA, já superaram essa idade. No começo de 2003, Sérgio da Rocha, bispo auxiliar de Fortaleza, era o prelado mais jovem com 43 anos; enquanto que Serafim Fernandes de Araújo e Aloísio Lorscheider, arcebispo de Belo Horizonte e Aparecida respectivamente, os mais velhos entre os dignitários ainda com funções episcopais, com 78 anos. No alto clero argentino, Sergio Fenoy, auxiliar de Rosário, era o bispo mais novo com 43 anos. José Pozzi, responsável pela diocese de Alto Valle, o mais idoso com 77 anos.

⁵ Não se computaram neste quadro os prelados que estão a cargo das eparquias, administrações pessoais, do bispado castrense/ordinario militar, nem os nascidos no exterior.

Quadro 8: Distribuição da CNBB e da CEA segundo intervalos de idades

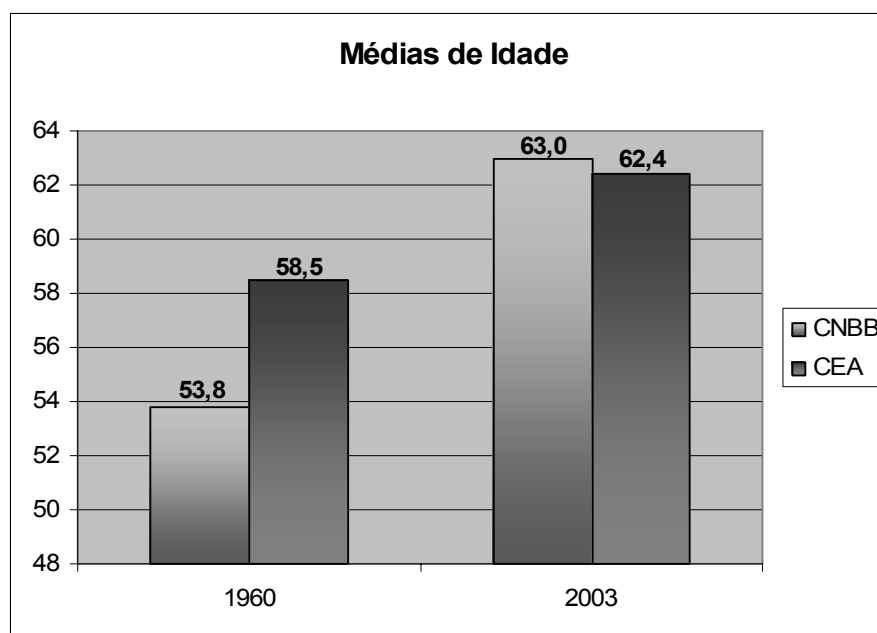
2003 (em %)

Intervalos de Idade	CNBB	CEA	Dif %
Menores de 55 anos	17.6	19.5	- 1.9
Entre 55 e 64 anos	35.9	35.1	+ 0.8
65 anos e Mais	46.4	45.5	+ 0.9
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>0</i>

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CERIS e AICA, 2003.

Comparativamente, os bispos argentinos são ligeiramente mais jovens do que seus colegas brasileiros, situação diferente a décadas anteriores. Embora ambos os corpos episcopais tenham sofrido um paulatino envelhecimento ao longo dos últimos decênios, o processo torna-se mais drástico no contexto brasileiro, como o demonstra a confrontação entre as médias de idade. Na década de sessenta, tanto na CNBB quanto na CEA, a maior quantidade de bispos se localizava na menor faixa de idade⁶. A idade média era de 53.8 anos no episcopado brasileiro - 63.0 na atualidade-, 58.5 anos no caso argentino -62.4 em 2003. Assim, os bispos brasileiros de começos do século XXI são, em média, dez anos mais velhos do que seus colegas dos anos sessenta; os prelados argentinos exibem, em média, uma maturidade de quatro anos maior do que os daquela época.

⁶ Godofredo Deelen (1967) e José Luiz De Imaz (1964) oferecem uma descrição das estatísticas do episcopado brasileiro e argentino da década de sessenta.



Fica claro então que, hoje em dia, os especialistas religiosos são nomeados para o cargo de bispo com mais idade do que tinham na sexta década do século XX. A política do Vaticano tende a promover sacerdotes com uma maior maturidade, com variadas experiências de gestão territorial e uma sólida formação intelectual e religiosa.

Se analisarmos as médias de idade, de ordenação presbiteral e episcopal (Quadro 9), podemos afirmar, sem temor a dúvida, que existe uma homogeneidade nesses tópicos. Pelo menos para os dois países considerados, a média de idade do episcopado gira em torno dos 63 anos, os bispos se ordenaram como sacerdotes em médias aos 26/27 anos e foram nomeados prelados por volta dos 50 anos. Seria interessante comparar as estatísticas com outros episcopados, latino-americanos e de outros continentes, para verificar se se trata de uma coincidência do cone sul, ou responde a uma constante continental ou mundial.

Quadro 9: Distribuição da CNBB e da CEA segundo idade e ordenação presbiteral e episcopal – 2003

Médias	CNBB	CEA
Idade	63.0	62.4
Ordenação presbiteral	26.2	27
Ordenação episcopal	49.5	52

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CERIS e AICA, 2003.

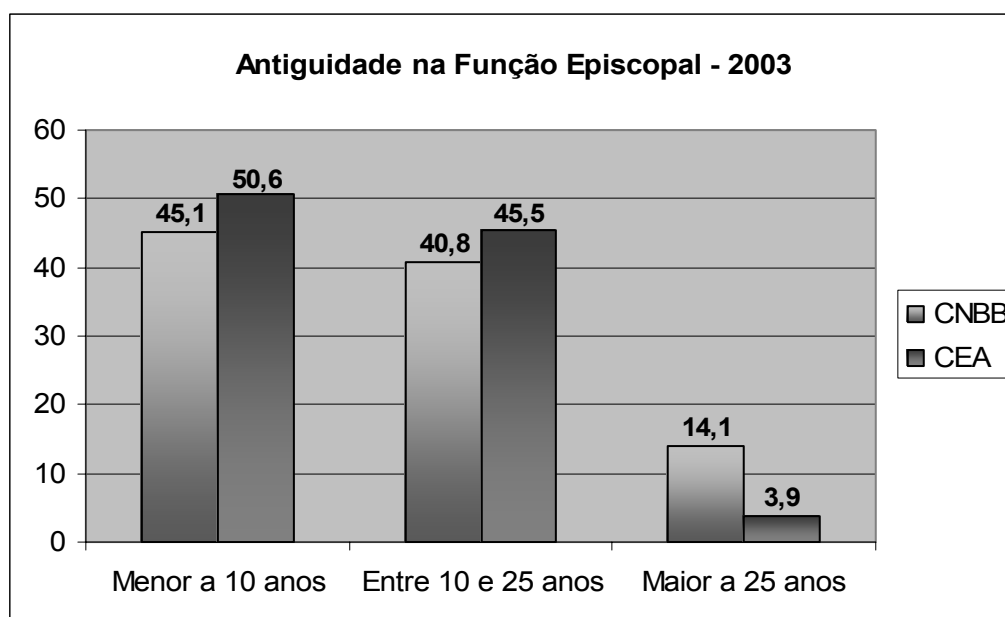
Ora bem, o corpo eclesiástico argentino, como foi dito, é mais jovem em termos de idade e, conseqüentemente, é mais novo quanto a sua composição. Constatações dos dados estatísticos, pela antiguidade na função episcopal dos dignitários dos dois países, podemos sublinhar que o episcopado argentino experimentou uma renovação maior do que o brasileiro nos últimos tempos. Mais da metade dos bispos do país do tango está há menos de dez anos a frente de uma diocese. Considerável 14.1% dos colegas da terra do samba desempenham atividades episcopais desde há mais de 25 anos.

Diferente do Brasil, o exercício da atividade diocesana da maioria dos mandatários argentinos se enquadra completamente dentro do regime político democrático. Apenas 3.9% estão em seu cargo desde já mais de vinte e cinco anos e, por tanto, a ditadura militar iniciada em 1976 os encontrou já como responsáveis de alguma gestão diocesana. Sem dúvida, esta dissímil experiência de gestão é um elemento a levar em conta na hora de analisar o posicionamento dos bispos frente à democracia e ao ‘exame de consciência’ da Igreja sobre suas atuações durante o período militar.

**Quadro 10: Distribuição da CNBB e da CEA
segundo antiguidade na função episcopal 2003 (em %)**

Antiguidade	CNBB	CEA	Dif %
Menor a 10 anos	45.1	50.6	- 5.5
Entre 10 e 25 anos	40.8	45.5	- 4.7
Maior a 25 anos	14.1	3.9	+ 10.2
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>0</i>

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CERIS e AICA, 2003.



A abertura de dioceses é, *a priori*, um instrumento de renovação por incorporação de novos prelados. Geralmente, os momentos de criação de jurisdições são propícios para dar lugar a novos quadros religiosos. Se levarmos em conta que foram escassas as modificações territoriais – subdivisão de circunscrições eclesiais, fundação de novas dioceses – nas últimas décadas do século XX, uma vez que o processo de consolidação das instituições católicas correspondeu a outro período histórico, o *aggiornamento* observado no alto clero argentino não responde ao critério de alteração da estrutura de organização territorial.

No Quadro 11, pode-se observar a evolução da configuração institucional da Igreja Católica em ambos os países. Com forma de parábola, a criação de circunscrições eclesiais foi espaçosa até a década de vinte do século passado. Fundamentalmente após a queda dos regimes liberais com a crise econômica mundial de 1929 e a emergência de governos nacionalistas, o número de dioceses veio se incrementar sucessivamente até as décadas de sessenta e oitenta, quando se produziu o crescimento mais significativo. Já nos últimos vinte anos do século XX, reduziu-se o ritmo de criação de jurisdições territoriais.

Quadro 11: Períodos de criação de jurisdições eclesiais

Na CNBB e na CEA – 2003 (em %)

Período	CNBB	CEA
---------	------	-----

Até 1899	7.5	11.4
1900-1919	14.9	4.3
1920-1939	15.3	15.7
1940-1959	21.6	21.4
1960-1979	26.9	32.9
1980-1999	13.8	11.4
2000-2003	0	2.9
<i>Total</i> ⁷	<i>100</i>	<i>100</i>

Fonte: Elaboração própria

Discriminando por tipo de clero⁸, surgem diferenças substanciais entre a hierarquia católica brasileira e argentina. Enquanto no segundo caso, os bispos seculares são claramente majoritários, no Brasil, é muito equilibrada a proporção de prelados seculares e regulares. Como afirma Evandro Ruiz Alves Costa, “*uma igreja local estará sempre mais solidificada quanto mais numeroso for seu clero secular*” (Ruiz Alves Costa, 2002). Se percorrermos a história, a carência de agentes religiosos próprios foi o denominador comum da caminhada do catolicismo no Brasil. Mais do que na Argentina, a presença de ordens religiosas com quadros especializados vindos do exterior, foi fundamental para garantir o desempenho institucional básico. Apesar da crescente prevalência do contingente secular na composição presbiteral brasileira nas últimas décadas, não pode se dizer o mesmo no campo episcopal, onde a participação do clero regular é, em termos quantitativos, muito expressiva.

Quadro 12: Distribuição da CNBB e da CEA segundo tipo de clero

2003 (em %)

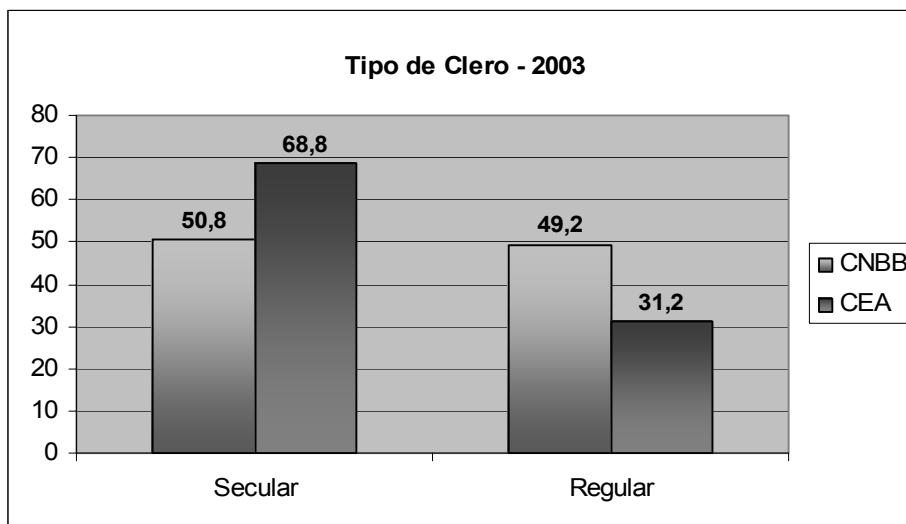
Tipo de Clero	CNBB	CEA	Dif %
Secular	50.8	68.8	- 18.0
Regular	49.2	31.2	+ 18.0

⁷ Não inclui a Circunscrição Pessoal do Opus Dei.

⁸ Vale lembrar que o clero secular ou diocesano caracteriza-se por sua adscrição a uma circunscrição eclesiástica, enquanto que o clero regular pertence às ordens, congregações e institutos religiosos.

<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>0</i>
--------------	------------	------------	----------

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CERIS e AICA, 2003.



Considerando o universo do clero regular como um todo, os salesianos são majoritários em ambos os países (na Argentina, representam 33.3% dos bispos regulares; no Brasil, 12%). Os franciscanos possuem um número importante de prelados no Brasil, assim como os jesuítas na Argentina. A seguir, as principais ordens religiosas nas duas nações:

Principais Ordens Religiosas dentro da CNBB

Salesiana: 12.0% sobre o total de bispos regulares

Franciscana: 11.3%

Capuchinho: 8.0%

Estigmatina: 6.0%

Dehoniana: 5.3%

Redentorista: 4.7%

Principais Ordens Religiosas dentro da CEA

Salesiana: 33.3% sobre o total de bispos regulares

Jesuíta: 12.5%

Opus Dei: 8.3%

Claretiana: 4.2%

Franciscana: 4.2%

Dominicana: 4.2%

3. Origens Sociais

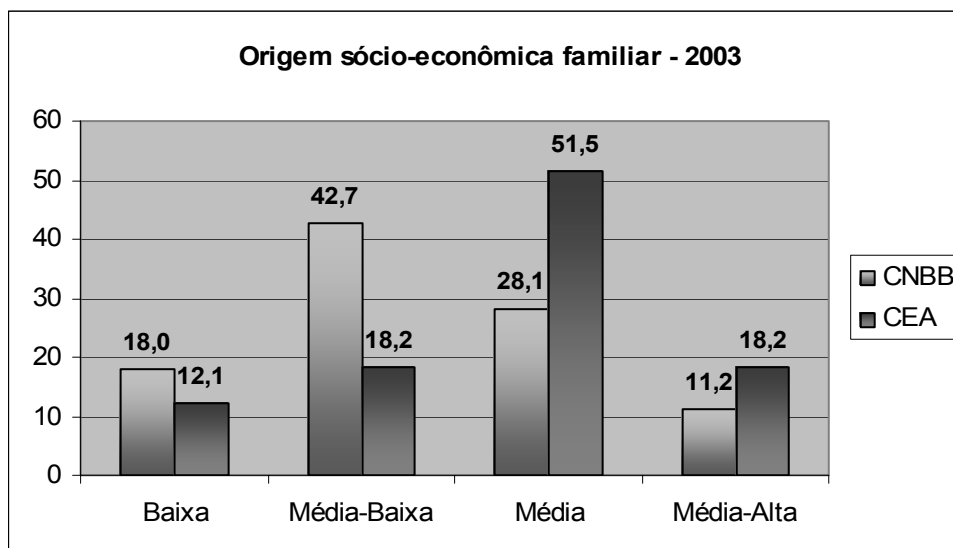
O estudo acerca da origem sócio-econômica das máximas autoridades eclesiais reflete, de certo modo, a histórica composição social de ambos os países. Mais da metade dos prelados argentinos pertencem à classe média. No contexto brasileiro, destacam-se os bispos com uma origem social média-baixa. Em nenhum dos universos pesquisados, identificaram-se sujeitos com passado familiar correspondente ao segmento social alto. De um modo geral, os líderes religiosos de extração social média e média-alta são oriundos dos mais importantes aglomerados urbanos. Por sua parte, os que manifestaram proceder de um ambiente familiar humilde – extração social baixa e média baixa -, são nativos de pequenos povoados do interior dos países.

**Quadro 13: Distribuição da CNBB e da CEA segundo
a origem sócio-econômica familiar – 2003 (em %)**

Origem Familiar	CNBB	CEA	Dif %
Baixa	18.0	12.1	+ 5.9
Média-Baixa	42.7	18.2	+ 24.5
Média	28.1	51.5	- 23.4
Média-Alta	11.2	18.2	- 7.0
Alta	0	0	0

<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>0</i>
--------------	------------	------------	----------

Fonte: Elaboração própria.



A partir de um enfoque qualitativo, procuramos interiorizar-nos sobre a origem dos pais, o tipo de atividade que desempenharam, o máximo nível educativo alcançado por eles e os estilos de vida vigentes no seio das famílias. Algumas características sobressaem acima das clivagens sócio-econômicas. Trata-se de pais de procedência espanhola e italiana, fundamentalmente no contexto argentino. Do lado do Brasil, muitos pais já eram brasileiros, outros nasceram na Espanha, Itália e também na Alemanha, no caso dos bispos da região sul do país. É surpreendente o escasso número de pais portugueses.

Com formação educativa elementar, mal conseguiram completar os estudos primários. Neste ponto, cabe assinalar que o pai adquiriu uma educação levemente superior à da mãe. Resultaram incomuns os bispos cujos antecessores obtiveram um título secundário ou universitário. Não deve haver outra instituição, de integrantes letrados e intelectuais, recrutados em ambientes educativos tão inferiores (Pierucci, 1984).

De famílias numerosas – ainda mais no contexto brasileiro, onde se registram casos de quinze irmãos -, não deve surpreender que outro membro da mesma, em geral um/a irmão/a maior, também se tenha integrado às fileiras eclesiásticas, ou que os pais tenham militado em movimentos laicos. A decisão transcendental de dar os votos à Igreja se encaixa em um

contexto natural e lógico. Os bispos fizeram questão de sublinhar os parentes que também optaram por uma vida religiosa.

A religiosidade praticante e piedosa se impõe como uma constante nos relatos. “Cumprimento estrito da missa dominical”, “romarias e rosários”, “compromisso com as atividades eclesiais”, “profundidade na vida cristã”, “autêntica fé católica”, são diferentes expressões utilizadas pelos bispos para certificar a intensa vida religiosa familiar. Em exíguas oportunidades encontramos antecedentes familiares onde a religião não imprima um selo marcante.

A mãe dona de casa dedicada ao cuidado e educação dos filhos; o pai entregue à agricultura, ao pequeno comércio ou à pequena chácara, camponeses, lavradores e artesãos em alguns casos, trabalhadores assalariados – ferroviários, funcionários públicos - em outros, refletem as atividades laborais predominantes. Em todos estes itens, adverte-se uma grande semelhança entre os ambientes familiares dos agentes religiosos dos dois países.

O valor outorgado ao trabalho como mecanismo de ascensão social e de crescimento espiritual foi ressaltado por todos os entrevistados. Não obstante os prelados argentinos terem se reconhecido majoritariamente com um passado de classe média, a conquista desse *status* é visualizada como fruto do esforço, do trabalho sacrificado e da poupança. Não falava Max Weber desses atributos para referir-se aos comportamentos ascéticos protestantes?

“O padrão de vida familiar foi o de uma classe média trabalhadora, com um sentido muito forte do trabalho, da poupança, da previsão, da austeridade e da solidariedade. Ao mesmo tempo de um progresso firme no respaldo econômico, através da compra de imóveis que foram constituindo a segurança ante o futuro”.

“Família média, com campo arrendado, onde não faltava nada imprescindível, mas não havia nada supérfluo. O que se tinha, se compartilhava com outros”.

No caso dos brasileiros que afirmaram ter integrado uma família de origem popular, outros foram os adjetivos esgrimidos ainda que na mesma direção dos anteriores. “Dignos”, “humildes”, “simples”, “honestos”, “austeros”, “solidários”, são todos traços distintivos da

re-significação simbólica que os bispos realizam na hora de lembrar seus ambientes familiares.

O imaginário coletivo construído em torno do trabalho e da conduta dos pais mostra, com diz Antônio Flávio Pierucci em seu estudo sobre o clero da arquidiocese de São Paulo, que os entrevistados “*se reconhecem naquilo que valorizam*” (Pierucci, 1984: 92).

Em termos diacrônicos, os membros do episcopado provenientes de setores médios aumentaram com o tempo, em contraposição ao declínio de mandatários religiosos de extração popular. São vários os fatores que podem estar incidindo na mudança da composição social do máximo órgão católico. O lugar de nascimento se relaciona com a extração social: como vimos, na atualidade se impõem os bispos nascidos nas regiões mais desenvolvidas dos dois países. Não é de surpreender, então, que os prelados provenham de famílias de classe média. Porém, o lugar de nascimento é uma variável complementar, mas não pode ser considerada como explicativa do perfil sócio-econômico dos bispos. A pesquisa qualitativa sobre o episcopado da década de sessenta do sociólogo argentino José De Imaz (1964), destaca a procura de uma ascensão social como elemento singular que mostra as motivações dos especialistas religiosos de então na decisão de ingressar na vida eclesiástica. A referência à ascensão social não deve ser interpretada unicamente sob enfoque econômico; o prestígio simbólico e o reconhecimento por alcançar postos hierárquicos são questões constitutivas da mesma. É compreensível que quem se encontra na base da escala social seja quem em maior medida expresse esta argumentação.

Nas entrevistas com os bispos de hoje, não aparece esse raciocínio entre as causas que os levaram a dar os votos à Igreja. A vocação, vazios interiores ou contatos reveladores com o algum membro da instituição católica, são os principais fundamentos esgrimidos. O vínculo a estratos sociais menos preteridos ou a visualização de outras múltiplas possibilidades de escolha quando se trata de escalar posições no plano econômico-cultural, os diferenciam de seus pares da década de 60. Se antes se ingressava no seminário religioso para obter uma formação cultural, hoje em dia a formação cultural prévia – sobretudo entre a hierarquia eclesiástica Argentina – abre um horizonte ao aspirante (De Imaz, 1964).

Não contamos quase com referência para empreender um estudo sistemático das origens do alto clero em uma dimensão histórica. Porém, podemos dizer que, durante a etapa colonial, os eclesiásticos eram quase por norma de origem estrangeira e pertencentes a alguma ordem religiosa. O século XIX mostrou um panorama sombrio com sedes episcopais que permaneciam vacantes, tanto pelo falecimento de quem estava a cargo como pela

impossibilidade de substituí-lo. E além do surgimento de algum bispo surgido de famílias aristocráticas e tradicionais do interior do país – de fato, era intenção da Igreja Católica “*atrair ao corpo episcopal filhos de famílias ilustres da classe dirigente*” (Miceli, 1988: 81) -, não há indicadores certos que nos induzam a pensar em um componente aristocrático como elemento predominante na composição social das autoridades religiosas⁹. Pelo contrário, a alusão a essas figuras, recordadas pelo sobrenome que portavam, bem poderia estar revelando que se tratava de casos singulares e em consequência não passíveis de generalização.

Assim que começava o século XX, a Igreja Católica, tanto no Brasil quanto na Argentina, ingressou em um sustentado processo de institucionalização. Não poucos dos bispos argentinos estudados por De Imaz foram protagonistas dessa história. Definitivamente, se nos guiamos pelos dados exibidos, é difícil estabelecer uma tendência histórica prevalecente quanto à composição por extração social do episcopado. Menciona-se vagamente a eventualidade de dignitários com origens aristocráticas no distante passado por um lado; apontamos a presença significativa de prelados provenientes de famílias de classe trabalhadora ou popular no passado recente e de classe média ou classe média-baixa na contemporaneidade, traçando em conjunto um mapa sumamente diversificado.

4. Formação educativa e religiosa

Os bispos brasileiros exibem uma socialização em ambientes católicos bem desde o início da formação educativa. Mais da metade compareceu a um estabelecimento confessional no ciclo fundamental. Em contrapartida, 59% dos colegas argentinos freqüentaram colégios primários não confessionais. Quanto ao nível médio, 90% dos prelados brasileiros o transitaram em instituições educacionais religiosas –muitos deles no mesmo seminário. No caso argentino, se bem que a porcentagem de assistentes a estabelecimentos confessionais cresceu se comparada com o nível primário, ainda mais da terceira parte - 39.6% - permaneceu em escolas laicas.

Quadro 14: Distribuição da CNBB e da CEA segundo tipo de

⁹ Ao estudar as matrizes sociais do episcopado brasileiro ao longo da República Velha, Sergio Miceli distingue três camadas sociais: os oriundos de famílias da aristocracia imperial, da elite de profissionais liberais, fazendeiros e grandes comerciantes; os pertencentes ao declinante patriciado rural, considerado como um numeroso contingente; e, por último, os de origem humilde, desamparados econômica e socialmente.

estabelecimento educativo no nível primário/fundamental¹⁰ – 2003 (em %)

Estabelecimento educativo	CNBB	CEA	Dif %
Confessional	55.9	41.0	+ 14.9
Não confessional	44.1	59.0	- 14.9
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>0</i>

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 15: Distribuição da CNBB e da CEA segundo tipo de estabelecimento educativo no nível secundário/médio – 2003 (em %)

Estabelecimento educativo	CNBB	CEA	Dif %
Confessional	90.4	60.4	+ 30.0
Não confessional	9.6	39.6	- 30.0
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>0</i>

Fonte: Elaboração própria.

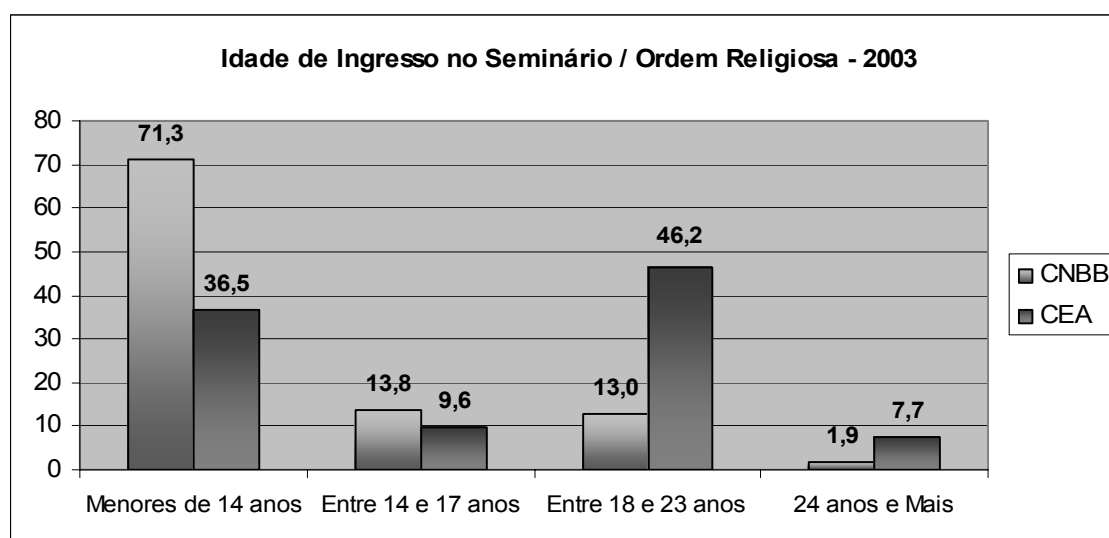
Acompanhando a variável sócio-econômica, a idade de ingresso no seminário religioso é um elemento que permite explicar o dissímil histórico exteriorizado pelos integrantes da CNBB e da CEA em matéria educacional. O bispo argentino se incorporou no seminário religioso mais tardiamente do que seu colega do país vizinho. Basicamente, a partir dos 18 anos, quando finalizou os estudos secundários – como dissemos, uma proporção significativa em estabelecimentos laicos. Diferente é o caso dos brasileiros, já que mais de 70% iniciaram a vida eclesial quando ainda não haviam completado 14 anos. Tratando-se de uma população com, em média, um nível econômico menor, o seminário religioso não deixa de ser visualizado como um espaço de aquisição de formação cultural, assim como também de prestígio simbólico e legitimação social.

¹⁰ Nos quadros 14 e 15, para os casos em que houve mudanças no tipo de estabelecimento durante o próprio ciclo seja primário/fundamental ou secundário/médio, optou-se pela categoria que concentrou maior quantidade de anos.

Quadro 16: Distribuição da CNBB e da CEA segundo idade de ingresso no seminário ou ordem religiosa – 2003 (em %)

Idade de Ingresso	CNBB	CEA	Dif %
Menores de 14 anos	71.3	36.5	+ 34.8
Entre 14 e 17 anos	13.8	9.6	+ 4.2
Entre 18 e 23 anos	13.0	46.2	- 33.2
24 anos e Mais	1.9	7.7	- 5.8
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>0</i>

Fonte: Elaboração própria.



A questão da origem econômica é um fator que pode estar permeando tais registros. De um modo geral, a decisão de ingressar na vida religiosa é prematura nos filhos de famílias humildes; mais tardia nos lares de melhor situação social. As conclusões da pesquisa de Pierre Bourdieu e Monique de Saint Martin (1982) sobre o episcopado francês, vão no mesmo sentido. ‘Oblato’ é o termo que utilizam os autores para caracterizar aquele agente religioso de precoce incorporação às fileiras eclesiásticas. Os autores asseveram que os dignitários que adquiriram seu capital cultural na instituição católica tendem a naturalizar as relações hierárquicas, os postulados dogmáticos e doutrinários e demais assuntos próprios da

vida interna da Igreja. Em geral, imprimem à gestão diocesana um estilo meramente administrativo, “*como se estivessem em uma paróquia maior*”, limitando-se unicamente ao cuidado das almas. Concentram-se nos deveres da profissão – administração de confissões, batismos, missas – e se adaptam plenamente à disciplina vertical que reina no seio da instituição eclesiástica (Moreira Alves, 1979). Pelo contrário, os bispos que detinham certo capital cultural previamente ao ingresso no seminário religioso, assumem uma postura empreendedora e são portadores de uma ação pastoral com selo próprio.

Em outras palavras, os especialistas religiosos que se incorporaram à instituição eclesiástica na infância, dão tudo por uma Igreja que lhes deu tudo. Sérgio Miceli define como ‘filhos da Igreja’ estes prelados que devem seus estudos, sua alimentação e seu prestígio à organização clerical (Miceli, 1988). O capital moral de honorabilidade e o reconhecimento social por sua investidura dificilmente eles os conseguiram em outros contextos de socialização. Majoritariamente, se trata de prelados que não contam com estudos superiores profanos e que foram ordenados como sacerdotes antes dos 25 anos. Fortemente ligados aos valores e às normas institucionais, tornam-se perfeitos reprodutores do modelo eclesial. Assumem o papel de administradores e guardiãs zelosos da instituição, o que os converte mais em pastores que em homens de reflexão. Por sua vez, os bispos com maior formação intelectual e que ingressaram tardiamente no seminário, gozavam de um capital social acumulado antes de entregar seus votos ao catolicismo. Esse mesmo capital os predispõe a refletir – não apenas assimilar – sobre aspectos doutrinários e de funcionamento da Igreja. O capital econômico, social e cultural preexistente lhes dá certa independência em relação à instituição. Em alguns casos, estudaram em ambientes universitários laicos e se imbuíram de diversas instâncias de socialização, sendo a religiosa a mais importante, mas não a única. Ordenaram-se sacerdotes mais tarde que os anteriores. Mais predispostos a pensar nas renovações eclesiásticas, se interrogam sobre a maneira em que exerce o poder religioso e se concentra o saber.

Essa linha interpretativa pode ser considerada válida, desde que seja complementada com outros elementos de análise. O perfil do processo de instrução nos seminários religiosos é uma variável interveniente que pode contestar as afirmações colocadas acima. Por muitos anos, os aspirantes ao sacerdócio no Brasil eram autorizados a estudar Filosofia fora do âmbito estritamente religioso. A integração em outros espaços de socialização – universidades católicas e até públicas –, num clima de formação de ‘portas abertas’, pode refletir uma virada do quadro mencionado. É essa dimensão a que nos ajuda a explicar como

o episcopado brasileiro, de origem mais humilde e com precoce incorporação à vida eclesial, soube traçar um rumo institucional que não foi justamente o reflexo das pretensões romanas. Na situação argentina, observamos um mapa de bispos portadores de um capital cultural pré-existente, porém mergulhados, na etapa de formação, num subsistema religioso e institucional mais maciço, capaz de introjetar eficientemente o *corpus* doutrinário que acaba modelando as estruturas de pensamento do futuro especialista religioso. Em conclusão, nem o momento do ingresso nem a orientação da formação religiosa explicam isoladamente o perfil majoritário testemunhado pelos prelados.

Se nos situamos sob a ótica da instituição, pareceria que as atuais políticas de recrutamento e de promoção do clero tendem a privilegiar sacerdotes com maior formação educativa, com estudos de licenciatura e até de doutorado na Itália, com experiências na docência; em outras palavras, com um sólido capital cultural e social. Os quadros 17 e 18 acompanham as afirmações expostas.

**Quadro 17: Distribuição da CNBB e da CEA segundo
nível universitário – 2003 (em %)**

Formação universitária	CNBB	CEA	Dif %
Possui	69.2	70.8	- 1.6
Não possui	30.8	29.2	+ 1.6
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>0</i>

Fonte: Elaboração própria.

**Quadro 18: Distribuição da CNBB e da CEA segundo
formação doutoral – 2003 (em %)**

Formação doutoral	CNBB	CEA	Dif %
Possui	13.1	13.0	+ 0.1
Não possui	86.9	87.0	- 0.1

<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>0</i>
--------------	------------	------------	----------

Fonte: Elaboração própria.

Nestes campos, as diferenças entre os episcopados de ambos os países são insignificantes. Sete de cada dez bispos brasileiros e argentinos possuem algum título universitário. Se bem que as cifras referentes à formação doutoral podem resultar baixas, é mister esclarecer que se visualiza um persistente e pronunciado incremento. Anteriormente, os prelados não tinham formação universitária – logicamente, muito menos doutoral.

Entre os que concluíram estudos universitários, a grande maioria se formou em instituições católicas. São poucos os casos de graduação em universidades públicas. Só aqueles que fizeram a complementação de Filosofia em alguma faculdade laica para obter o bacharelado ou licenciatura.

Teologia e Direito Canônico surgem como as disciplinas selecionadas para a formação de graduação e de pós-graduação. E a Pontifícia Universidade Gregoriana, como a casa de estudos onde receberam esses ensinamentos. Não obstante, a distribuição é mais heterogênea entre os bispos brasileiros. Encontram-se casos de instrução em carreiras de índole social, como Pedagogia, Comunicação Social, Sociologia, Antropologia, História e Educação, fato que reforça a idéia de uma formação de ‘portas abertas’. Muitos dos prelados pertencentes a ordens religiosas optaram por aperfeiçoar seus estudos nas universidades das próprias congregações. Tal o caso dos salesianos, formados majoritariamente no Pontifício Ateneu Salesiano em Roma.

As experiências de especialização na Itália se relacionam com o ponto anterior. Geralmente, os especialistas religiosos enviados à Europa se dispõem a iniciar ou aperfeiçoar estudos universitários. Embora é dito que o alto clero brasileiro é menos ‘romanizado’ do que o argentino ou, em outros termos, mais autônomo para traçar seu rumo, o Quadro 19 mostra que tem assistido a cursos na Itália em maior proporção do que os bispos argentinos. De fato, enquanto na CNBB são maioria os que estudaram no país europeu, na CEA a situação é a inversa. Interessante será avaliar o impacto da política de homogeneizar a formação religiosa no interior de cada corpo eclesiástico. Como afirma Sérgio Miceli, as experiências de formação na Itália ajudam a “*reforçar os sentimentos de lealdade perante as autoridades pontifícias e (...) desgastar os laços com o ambiente social e político de origem*” (Miceli,

1988: 120). O processo de socialização no centro histórico da cristandade e de assimilação das prescrições doutrinárias e litúrgicas, em um contexto de solenidade e de contato com os mais altos quadros da Igreja, erguem-se como ferramentas de igualação do perfil dos futuros dignitários. Uma análise sobre os currículos dos centros de formação nos dois países oferecerá informações adicionais sobre este tópico.

Quadro 19: Distribuição da CNBB e da CEA segundo

estudos religiosos na Itália – 2003 (em %)

Estudos na Itália	CNBB	CEA	Dif %
Possui	53.9	46.3	+ 7.6
Não possui	46.1	53.7	- 7.6
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>0</i>

Fonte: Elaboração própria.

A pertença ao clero secular ou regular é indiferente neste ponto no caso brasileiro. Não se registram alterações no que se refere ao comparecimento a estudos na Itália (Quadro 20). Como contrapartida, os membros das ordens religiosas na Argentina gozam de uma maior instrução que os seculares e sua assistência a cursos de formação de pós-graduação na Itália é mais freqüente (Quadro 21). Será primordial reter estas considerações quando nos concentrarmos no tipo de trajetória eclesial predominante em cada segmento.

Quadro 20: Distribuição da CNBB segundo

estudos religiosos na Itália por tipo de clero – 2003 (em %)

Estudos na Itália	Tipo de Clero		<i>Total</i>
	Secular	Regular	
Possui	54.2	52.7	53.9
Não possui	45.8	47.3	46.1

<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>
--------------	------------	------------	------------

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 21: Distribuição da CEA segundo estudos religiosos na Itália por tipo de clero – 2003 (em %)

Estudos na Itália	Tipo de Clero		<i>Total</i>
	Secular	Regular	
Possui	41.7	57.9	46.3
Não possui	58.3	42.1	53.7
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>

Fonte: Elaboração própria.

Completando a dimensão educacional, cabe assinalar que quase a totalidade dos bispos brasileiros – 93.1% – também desempenha ou já desempenhou atividades docentes em universidade católicas ou seminários religiosos. Em alguns casos, até ministram aulas nas universidades federais. Na Argentina, um de cada cinco integrantes do episcopado jamais cumpriu tarefas de professor. Embora seja um assunto que precisa ser pesquisado com maior profundidade, talvez a histórica escassez de quadros religiosos no Brasil possa estar incidindo na necessidade de os bispos assumirem funções múltiplas.

Quadro 22: Distribuição da CNBB e da CEA segundo exercício de atividade docente – 2003 (em %)

Professor em universidades ou seminários religiosos	CNBB	CEA	Dif %
Sim	93.1	80.4	+ 12.7
Não	6.9	19.6	- 12.7

<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>0</i>
--------------	------------	------------	----------

Fonte: Elaboração própria.

5. Trajetórias eclesiais

O quadro 23 nos mostra as características da carreira eclesial¹¹ dos bispos, desde sua ordenação sacerdotal até alcançarem a distinção episcopal. Como diferentes tipos de trajetórias sacerdotais, poderíamos classificar um itinerário onde prevaleceu um perfil de gestão administrativo ou territorial, isto é, o exercício do ministério no âmbito paroquial – cura pároco, vigário cooperador, etc. Por outro lado, um predomínio de funções intelectuais na carreira eclesial, tais como diretores de seminários e formadores de seminaristas, reitores em faculdades e professores em institutos religiosos. A alteração de papéis no desempenho sacerdotal – combinação entre funções paroquiais e administrativas na cúria e tarefas intelectuais –, é outro tipo de trajetória a levar em conta.

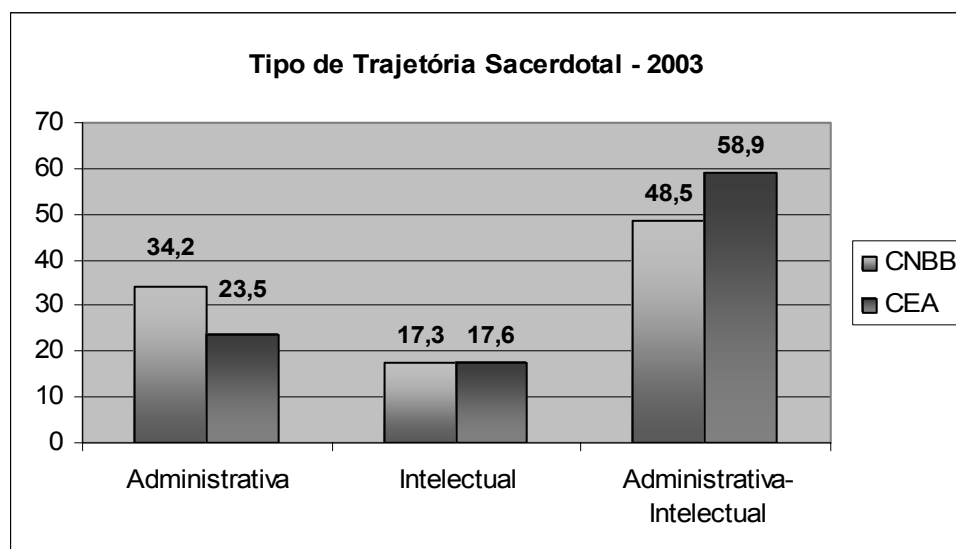
Quadro 23: Distribuição da CNBB e da CEA segundo tipo de trajetória sacerdotal¹² - 2003 (em %)

Tipos de Trajetória	CNBB	CEA	Dif %
Administrativa	34.2	23.5	+ 10.7
Intelectual	17.3	17.6	- 0.3
Administrativa-Intelectual	48.5	58.9	- 10.4
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>0</i>

Fonte: Elaboração própria.

¹¹ O conceito de ‘carreira’ no âmbito eclesial é problemático. Por um lado, porque não existe uma escola para ser bispo. Não está preestabelecido dentro da estrutura católica um quadro hierárquico ascendente como, por exemplo, no caso das Forças Armadas. Mas, por outro lado, não podemos deixar de considerar que “*quem alcança as mais altas posições da Igreja é, sim, fruto ou produto de uma carreira*” (De Imaz, 1964: 171). É neste sentido, como idéia de trajetória, que consideramos o conceito de carreira.

¹² Como diferentes tipos de trajetórias sacerdotais, poderíamos classificar um itinerário onde prevaleceu um perfil de gestão administrativo, territorial, isto é, o exercício do ministério no âmbito paroquial – cura pároco, vigário cooperador, etc. Por outro lado, um predomínio de funções intelectuais na carreira eclesial, tais como formadores de seminaristas, reitores em faculdades e professores em institutos religiosos. A alteração de papéis no desempenho sacerdotal – combinação entre funções paroquiais e administrativas na cúria e tarefas intelectuais –, é outro tipo de trajetória a levar em conta.



A realização de funções combinadas – administrativas e intelectuais – aparece como o itinerário predominante, especialmente no caso argentino, onde quase seis de cada dez bispos se vêem representados por essa trajetória. Assim como observamos que os prelados brasileiros desenvolvem funções pedagógicas em qualidade de professores, também aqui verificamos a supremacia de um tipo de trajetória multiforme entre eles – 48.5%. Registra-se a mesma porcentagem de dignitários com funções estritamente intelectuais em ambos os países – 17% –, enquanto que a proporção de bispos que portam uma carreira administrativa é superior no Brasil.

No entanto, de um modo geral, não se percebe na totalidade do universo analisado, uma orientação marcada ou definida no que tange aos itinerários percorridos no período de presbitério.

Agora, portanto, se distinguimos os mandatários segundo provenham ou não de uma congregação, estamos em condições de afirmar que nas ordens religiosas dos dois países, se privilegiam as tarefas intelectuais na formação dos futuros bispos, enquanto que os sacerdotes seculares estão mais vinculados a trabalhos paroquiais e administrativos em sua trajetória eclesiástica (Quadros 24 e 25). Se 17.3% do alto clero brasileiro assumiram responsabilidades intelectuais no estágio sacerdotal; a cifra ascende a 21.4% ao analisar apenas os dignitários regulares. A mesma seqüência, embora mais evidente, encontramos na

elite eclesiástica argentina. Enquanto 17.6% da totalidade dos prelados desempenharam tarefas intelectuais, no segmento dos regulares, o algarismo se eleva a 33.4%.

**Quadro 24: Distribuição da CNBB segundo
 tipo de trajetória sacerdotal por tipo de clero – 2003 (em %)**

Tipo de Trajetória	Tipo de Clero		Total
	Secular	Regular	
Administrativa	36.6	31.7	34.2
Intelectual	13.7	21.4	17.3
Administrativa-Intelectual	49.7	46.9	48.5
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>

Fonte: Elaboração própria.

**Quadro 25: Distribuição da CEA segundo
 tipo de trajetória sacerdotal por tipo de clero – 2003 (em %)**

Tipo de Trajetória	Tipo de Clero		Total
	Secular	Regular	
Administrativa	25.5	19.0	23.5
Intelectual	10.6	33.4	17.6
Administrativa-Intelectual	63.9	47.6	58.9
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>

Fonte: Elaboração própria.

A confrontação das trajetórias eclesiásticas com a antiguidade na função episcopal da hierarquia católica, nos proporciona ferramentas de análise para desvendar o ‘tipo de sacerdote’ promovido pela Santa Sé na atualidade (Quadros 26 e 27).

Rapidamente, os dados estatísticos refletem que, tanto na CNBB como na CEA, os bispos designados nos últimos dez anos, são portadores de uma trajetória que combinou tarefas administrativas com outras intelectuais ao longo da etapa presbiteral – 55.2% no Brasil, 65.6% na Argentina. Em outros termos, trata-se de agentes religiosos com múltiplas experiências de gestão. Eis o perfil privilegiado que está sendo estimulado desde o poder vaticano.

Por outro lado, os mandatários brasileiros nomeados há mais de 25 anos exibem uma estrita carreira intelectual – 34.9% contra 17.3% da média geral –, e aparece depreciado o itinerário meramente administrativo para este segmento de especialistas religiosos – 23.3% contra 34.2% da média geral. Já no caso argentino, não foram detectados bispos com funções intelectuais entre aqueles de maior antiguidade no corpo episcopal.

Quadro 26: Distribuição da CNBB segundo

tipo de trajetória sacerdotal por antiguidade na função episcopal – 2003 (em %)

Tipo de Trajetória	Antiguidade na função episcopal			Total
	Menor a 10 anos	Entre 10 e 25 anos	Maior a 25 anos	
Administrativa	33.8	38.5	23.3	34.2
Intelectual	11.0	18.1	34.9	17.3
Administrativa- Intelectual	55.2	43.4	41.8	48.5
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 27: Distribuição da CEA segundo

tipo de trajetória sacerdotal por antiguidade na função episcopal – 2003 (em %)

Tipo de Trajetória	Antiguidade na função episcopal			Total
	Menor a 10 anos	Entre 10 e 25 anos	Maior a 25 anos	

Administrativa	25.0	21.2	33.3	23.5
Intelectual	9.4	27.3	0	17.6
Administrativa- Intelectual	65.6	51.5	66.7	58.9
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>

Fonte: Elaboração própria.

SINTETIZANDO, os episcopados do Brasil e da Argentina exteriorizam pontos de coincidência e outros de equidistância, segundo a variável da análise.

De um modo geral, os bispos das duas nações têm nascido nos centros urbanos mais desenvolvidos – região sul e sudeste no Brasil; Buenos Aires, Santa Fe e Córdoba na Argentina. Embora o corpo episcopal brasileiro exiba uma maior proporção de bispos que superam a faixa dos 65 anos, também é certo que a tendência do alto clero argentino é de continuar a envelhecer.

Os integrantes da CEA são levemente mais jovens do que os da CNBB e, ao mesmo tempo, mais recentes, em virtude de sua curta antiguidade na função episcopal. No que se refere à nacionalidade e ao tipo de clero, no máximo órgão católico brasileiro, destaca-se a presença de bispos estrangeiros e pertencentes a ordens religiosas. Na Argentina, a supremacia dos nativos e do clero secular resulta contundente.

Pertencentes majoritariamente aos setores médios na Argentina, os prelados concorrem tanto a estabelecimentos educacionais públicos como religiosos. Muda a situação no mapa brasileiro. Integrantes das camadas médio-baixas, transitaram principalmente por colégios confessionais. O ingresso à vida religiosa é bem mais antecipado nestes últimos do que naqueles. De toda forma, todos eles gozam de uma sólida formação intelectual, teórica e filosófica: muitos deles concluíram estudos universitários, alguns na Itália.

Quanto às trajetórias como sacerdotes, se observa, na última década, a promoção de agentes religiosos que tenham desempenhado papéis múltiplos: cura pároco, vigário cooperador, paroquial e geral, secretário chanceler, diretor e reitor de seminário, professor na Faculdade de Teologia. A maioria dos mandatários recentemente nomeados transitou, simultânea ou sucessivamente, por muitas destas funções no itinerário para a consagração episcopal.

Em ambos os corpos episcopais, vislumbram-se contrastes com relação aos bispos de maior antiguidade. Não apenas na questão da trajetória sacerdotal sinalizada oportunamente; os prelados anteriormente provinham de famílias de escassos recursos econômicos localizadas em pequenos povoados do interior dos países e tinham um nível educativo mais baixo.

Em que medida as mudanças geradas na hierarquia eclesiástica contemporânea respondem a uma variação nos princípios de recrutamento da Santa Sé ou ao perfil majoritário dos que ingressam no sacerdócio, é uma pergunta difícil de responder com os dados revelados. Pesquisas sobre a composição social dos atuais alunos dos seminários ou sobre o perfil dos episcopados em outros países da região, poderão oferecer aspectos reveladores nesse sentido.

Entretanto, as dimensões postas em jogo ao longo dos diferentes quadros estatísticos, proporcionam uma bagagem informativa imprescindível para analisar as cosmovisões e comportamentos que predominam na CNBB e na CEA. Em outras palavras, permitirão elucidar, junto com um instrumental de índole qualitativo, de que modo e em que contextos todas essas variáveis gravitam sobre a diversidade de perfis existentes nos dois episcopados.

6. Referências bibliográficas

Livros e artigos

- BOURDIEU, Pierre e DE SAINT MARTIN, Monique. La Sainte Famille: l'Episcopat Français dans le Champ du Pouvoir. *Actes de la Recherche em Science Sociales* nº 44/45. 1982
- DE IMAZ, José Luis. *Los que mandan*. Buenos Aires, EUDEBA, capítulo IX. 1964
- DEELEN, Godofredo. O episcopado brasileiro. *Revista Eclesiástica Brasileira* Vol. 27, fasc. 2. 1967
- MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil. 1988.

- MOREIRA ALVES, Márcio. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense. 1979.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. *Democracia, Igreja e voto*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo. 1984.
- _____. A velha recém-casada. *Revista Novos Estudos CEBRAP* nº 26. São Paulo. 1990.
- RUIZ ALVES COSTA, Evandro. Dinâmica populacional e Igreja Católica no Brasil (1960-2000). *Cadernos CERIS* Ano II, nº 3. 2002.
- WEBER, Max. *Economía y Sociedad*. México DF, Fondo de Cultura Económica. 1944.

Fontes de dados

- Anuário Católico do Brasil. Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais. 2003.
- Censo Demográfico. IBGE. 2000.
- Conferência Nacional dos Bispos de Brasil. Membros e Endereços. CNBB. 2002.
- Guia Eclesiástica Argentina. Agencia Informativa Católica Argentina. 2000 e atualizações.